



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

O consumo de memória dos invisíveis: história oral e representações em relatos de SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia¹

Mayara Luma Assmar Correia Maia Lobato²

ESPM/FIAM-FAAM

Resumo

Neste artigo, busca-se estudar a página do Facebook e o blog do projeto “SP Invisível” e o site do coletivo “Nós, mulheres da periferia”, aqui compreendidos como iniciativas alternativas de comunicação, para compreender como, valendo-se da história oral e da memória, esses objetos produzem um conteúdo mais humanizado, afetivo e carregado de subjetividade que acaba por levar a um outro tipo de consumo de informação, mais sensível em relação à realidade retratada. Para compor a fundamentação teórica deste estudo, foram usados autores como Michael Pollak, Monica Nunes e Paul Thompson, que contribuíram para desenvolver as análises dos depoimentos, crônicas, perfis e reportagens publicados nas iniciativas em questão. Ao final, observou-se que ambos os projetos utilizam a humanização de seus conteúdos como estratégia para gerar sensibilização e interesse por suas temáticas e ajudam, por meio das ferramentas digitais, a conferir ainda mais força à luta de movimentos sociais.

Palavras-chave: Memória; História oral; Invisíveis sociais; Consumo; Comunicação alternativa.

Introdução

Viver em grandes cidades da América Latina é um desafio diário, em especial para a população mais pobre: populosas em demasia, muitas vezes inseguras, com elevado custo de vida e com serviços básicos, como coleta de lixo e esgoto, ineficazes. Diante desse cenário, não é incomum que os habitantes se fechem para as cidades, vivendo por trás das grades de seus prédios e dos vidros fechados de seus carros. É como se a cidade fosse repelida e seus habitantes se tornassem invisíveis uns para os outros: para quantas pessoas fechamos o olhar diariamente, esquecendo que dividimos com elas o

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 07 – Comunicação, consumo, memória: cenas culturais e midiáticas, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

² Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP. Mestre em Comunicação pela Faculdade Cáspere Libero e graduada em Jornalismo. Coordenadora adjunta do curso de Jornalismo e professora dos cursos de Comunicação Social do Centro Universitário FIAM-FAAM. E-mail: mayaraluma@gmail.com.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

mesmo espaço urbano, os mesmos meios de transporte e dependemos dos mesmos serviços? Esta situação é reproduzida e reforçada pela mídia tradicional, que, historicamente, silenciou, tratou de forma estereotipada ou em tom pejorativo uma parte da sociedade, aqueles considerados excluídos sociais, que, não à toa, serão chamados nesta pesquisa de invisíveis sociais.

Os marginalizados começaram a aparecer no jornalismo a partir da *penny press*, que se desenvolve na primeira metade do século XIX, entre os Estados Unidos e a Europa, em um momento em que os casos de violência aumentavam nos centros urbanos, que também cresciam de forma desordenada com a industrialização e a intensificação do êxodo rural (TRAQUINA, 2005). Foi o modelo sensacionalista de abordagem dos problemas sociais proposto pelos jornais populares da *penny press* que se perpetuou em grande medida na mídia tradicional ao longo do tempo, apesar das mudanças sociais, culturais e de comportamento pelas quais as sociedades passaram em quase 200 anos.

Embora as grandes empresas de comunicação não pareçam ter conseguido acompanhar essas mudanças, tratando ainda de forma estigmatizada e preconceituosa os invisíveis, mais recentemente, outras iniciativas midiáticas, hoje entendidas como “alternativas”, têm surgido, traçando um caminho oposto ao tradicional, voltadas a visibilizar e falar com os excluídos. É o caso do projeto “SP Invisível”, cuja plataforma principal é uma página no Facebook; e o coletivo “Nós, mulheres da periferia”, que conta com site e páginas nas redes sociais, espaços em que publicam seus conteúdos. Como essas iniciativas, de diferentes formas, colhem e publicam, em formato de depoimento ou perfil, histórias de pessoas em situação de invisibilidade, a proposta central desta pesquisa é compreender como a história oral (THOMPSON, 2002) e a memória (NUNES, 2013; POLLAK, 1989) se entrelaçam para tornar possível a produção e edição dos conteúdos, propondo assim um outro tipo de consumo de informação, mais sensível e humanizado.

Exclusão e invisibilidade social: definições e critérios

A vida frenética nos grandes centros urbanos há algum tempo é objeto de atenção de diversos estudiosos, como Benjamin (2010) e Simmel (2009), e escritores, como Edgar Allan Poe, que tinha na cidade europeia do século XIX a sua grande inspiração. Em “O homem na multidão”, conto de sua autoria, o narrador, sentado junto à janela de um café londrino, propõe-se a observar os transeuntes – atividade incomum para quem vive o cotidiano agitado das metrópoles, como diz o conto: “a grande



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

maioria dos que passavam tinha uma atitude satisfeita e eficiente, e parecia só pensar em abrir caminho na torrente” (POE, s/p, *online*)³.

Mais de um século depois, o texto parece bastante atual, especialmente quando o narrador passa a observar detalhes da massa urbana que contempla, inclusive aqueles sujeitos que até hoje insistimos em não querer ver:

Vi camelôs judeus, com olhos de lince faiscando em rostos de que todas as outras feições expressavam apenas abjeta humildade; robustos mendigos profissionais fazendo cara feia para pedintes de melhor aparência, a quem somente o desespero tinha jogado na noite a pedir caridade; inválidos débeis e cadavéricos, sobre os quais a morte pusera uma mão firme, e que mancavam e titubeavam em meio à multidão, encarando a todos com um olhar suplicante, como que em busca de alguma consolação fortuita, alguma esperança perdida; garotas modestas vindo de uma lida longa e tardia para um lar infeliz, e retraindo-se mais por aflição do que indignação diante do olhar de bandidos com os quais sequer o contato direto podia ser evitado; mulheres da vida de todo tipo e toda idade [...] incontáveis e indescritíveis bêbados [...]; além disto, doceiros, mensageiros, carregadores de carvão, limpadores de chaminé; tocadores de realejo, exibidores de macacos, mercadores de canções, os que vendiam com os que cantavam; artesãos maltrapilhos e trabalhadores exaustos de toda espécie [...] (POE, s/a, *online*).

Oferecer o olhar às pessoas de que trata o autor acima acaba sendo uma experiência dolorosa, como o próprio escritor aponta um pouco mais à frente em seu texto, por isso, em um movimento quase inconsciente, tendemos a virar o rosto quando nos deparamos com cenas como estas em nossos caminhos cotidianos. Para o habitante de uma grande cidade, esse é um comportamento comum, conforme apontado por Simmel (2009). O autor considera que o espaço urbano oferece relações e oportunidades tão variadas e complexas que os habitantes veem como saída para isso a indiferença, assumindo um aspecto blasé. Segundo o autor, esse é um fenômeno peculiar de adaptação, “em que os nervos descobrem a sua derradeira possibilidade de se acomodar aos conteúdos e à forma da vida na cidade grande renunciando a reagir a ela” (SIMMEL, 2009, p.562).

O comportamento em questão leva a uma autoconservação e reserva em relação a outros sujeitos que também habitam o espaço urbano, o que é intensificado no caso de pessoas em situações de rua, prostitutas, pedintes etc. Aos marginalizados, costumamos lançar o olhar apenas para considerá-los como um perigo potencial, atravessando a rua para deles desviar o caminho, fechando o vidro do carro ou buscando refúgio em estabelecimentos comerciais enquanto se espera o “mendigo” passar. Ou seja, observa-se assim a diferença entre um corpo ser materialmente visível e estar socialmente invisível. Dessa forma se atribui significado aos corpos daqueles que transitam na cidade: alguns têm

³ Disponível em: <https://www.livros-digitais.com/edgar-allan-poe/o-homem-da-multidao/1>. Acesso em 15/04/2018.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

função social e, por isso, permissão para viver a e na cidade; outros não deveriam existir, sendo relegados às bordas ou beiradas sociais (HASHIGUTI, 2011).

No entanto, não olhar ou atribuir sentidos arbitrários a alguns sujeitos que habitam os grandes centros não faz com que essas situações desapareçam, por isso, surgem na atualidade diversas iniciativas que buscam gerar sensibilização diante de situações incômodas, como as pessoas em situação de rua em grandes cidades ao redor do mundo. São iniciativas que tentam romper com a invisibilidade a que estão submetidos determinados grupos sociais, como é o caso dos dois objetos de estudo desta pesquisa, a “SP Invisível” e o “Nós, mulheres da periferia”. O primeiro começou como uma página na rede social Facebook com a proposta de contar de forma breve, mas humanizada, histórias de vida de pessoas em situação de rua. O projeto foi idealizado por dois estudantes universitários, Vinicius Lima e André Soler, e, por algum tempo, foram eles que conduziram a página sozinhos. Com o crescimento do projeto, passaram a contar com a ajuda de voluntários, que se dividem em equipes para colher os depoimentos e fotos daqueles que encontram nas ruas, funcionando como uma espécie de coletivo. A iniciativa também se expandiu para outras cidades e hoje conta com versões como Rio Invisível, Salvador Invisível, Manaus Invisível e Fortaleza Invisível.

Em 2016, o coletivo lançou um livro, intitulado “A cidade que ninguém vê”, reunindo cem histórias, com fotos, publicadas na SP Invisível desde seu surgimento. O livro foi produzido a partir de financiamento coletivo, também viabilizado em plataformas digitais, e parte da renda foi destinada a projetos de apoio à população em situação de rua. Usando a mesma estratégia do livro – uma espécie de financiamento *online* –, os fundadores da página têm usado a visibilidade do projeto para conduzir projetos alternativos de assistência à população em questão. Entre eles, estão as campanhas de Natal, em que se firma parceria com um restaurante e se oferece ceia a moradores de rua; a #SPSemFrio, que arrecada dinheiro para montar kits para as pessoas em situação de rua se protegerem durante o inverno, e também as campanhas de Páscoa, neste ano, foram 200 ovos distribuídos com mensagens escritas à mão por voluntários à população de rua.

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” foi fundado em 2014 e também busca dar visibilidade a uma parcela da população considerada excluída, mas em outro nível: como o próprio nome propõe, as mulheres periféricas, principalmente da cidade de São Paulo – em sua maioria negra, que depende do transporte público precário e atua em profissões de pouco prestígio social, como empregadas domésticas, faxineiras, diaristas e babás. O conteúdo produzido busca romper com o silêncio da grande



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

mídia em relação a estas pessoas e com os estereótipos comumente encontrados nos veículos de maior circulação. As idealizadoras do coletivo falam com propriedade: são nove mulheres que vivem na periferia de São Paulo; oito delas são jornalistas e uma é designer. O site reúne diferentes tipos de conteúdo: textos opinativos, depoimentos em primeira pessoa, além de perfis e reportagens produzidos pelas integrantes.

Em março do ano passado, as mulheres à frente do coletivo lançaram um documentário dirigido por elas mesmas. Intitulado “Nós, Carolinas”, o vídeo centra-se na história de quatro personagens negras periféricas de diferentes regiões da capital paulista e foi produzido em 2016 com apoio do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Agora o filme percorre a cidade, principalmente bairros da periferia, em uma agenda de exibições gratuitas.

Embora bastante diferentes entre si, em termos de organização, estrutura, funcionamento e tipos de conteúdos produzidos, bem como sua periodicidade de publicação, em comum, os dois projetos têm a proposta de retratar populações em alguma medida periféricas e também que se encontram em diferentes graus de vulnerabilidade social, o que caracteriza os processos de exclusão e invisibilidade tratados neste estudo. Econômica e socialmente, há vários critérios para abordar a exclusão. Excluídos podem ser aqueles, por exemplo, que fazem parte da População Economicamente Ativa, mas estão desempregados. Excluídos podem ser, ainda, aqueles que desenvolvem atividades não reconhecidas como profissionais pelo Ministério do Trabalho e aqueles que trabalham informalmente, como os camelôs, e com isso são privados de uma série de direitos proporcionados pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também estabelece critérios econômicos e sociais para classificação de famílias em situação de pobreza extrema, o que envolve parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Para o Instituto, aqueles que vivem com menos de R\$ 77 mensais são considerados miseráveis e são também os que mais sofrem com os processos de exclusão. Muitos desses vivem em espaços públicos das grandes cidades brasileiras, em condições de absoluta precariedade e vulnerabilidade. A esses critérios de exclusão, gradativamente, ao longo da história, foram se somando outros de ordem mais subjetiva, como a cor da pele, que por algum tempo foi determinante para a escravidão; o sexo biológico, critério que historicamente beneficia socialmente os homens em



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

detrimento das mulheres; ou mesmo a atividade profissional desenvolvida, que é o caso das empregadas domésticas, dos porteiros, catadores de lixo, pedreiros e toda sorte de trabalhadores dos quais se exige pouca ou nenhuma qualificação e que compõem o que Jessé de Souza (2009) chama de “ralé brasileira”.

Observa-se, assim, que o conceito de exclusão não se limita a aspectos econômicos, envolvendo também elementos de ordem subjetiva. Dessa forma, a noção de excluído social que se estabelece engloba toda uma sorte de sujeitos que por diversos fatores acabam invisibilizados de diferentes formas, em diferentes níveis e por diferentes estratos sociais dentro das sociedades em que vivem. É sobre e para alguns desses sujeitos que as iniciativas estudadas aqui falam; por isso, priorizou-se neste artigo o termo invisíveis sociais, o qual consideramos mais abrangente e capaz de englobar as diversas noções de excluídos e marginalizados sociais.

Memória e História Oral nos Relatos de Invisíveis Sociais

Se, na mídia tradicional, a abordagem dos invisibilizados pouco mudou ao longo do tempo, gradativamente começam a surgir iniciativas independentes que buscam abrir espaço para esses sujeitos se colocarem, garantindo a eles alguma visibilidade. No alvorecer do século XXI, a internet conferiu ainda mais força aos grupos historicamente silenciados e que já vinham lutando por visibilidade de forma mais enfática desde as últimas décadas do século XX. Iniciativas como o “SP Invisível” e o “Nós, mulheres da periferia” contribuem para comprovar isso. Cada um à sua maneira, esses projetos oferecem visibilidade aos excluídos sociais por meio de um cuidadoso processo de escuta, que possibilita compreender os relatos transmitidos recorrendo à história oral (THOMPSON, 2002), especialmente importante para parcelas da população que contam com pouca documentação oficial.

Como Thompson (2002) aponta, os testemunhos narrativos são importantes para se acessar um outro lado da história, em especial quando se trata de figuras tradicionalmente silenciadas. Para ele, a história oral nos permite ir além dos dados estatísticos, possibilitando o acesso ao que chamou de “esferas ocultas”, caracterizadas pelos “aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos” (THOMPSON, 2002, p.17) e também marcadas pelo crime, pela violência e pelas drogas. Dessa forma, quando as iniciativas em questão se valem da história oral



para construir seus conteúdos, oferecem outra abordagem para as pautas de exclusão, comumente noticiadas de forma preconceituosa e estigmatizada pela grande mídia. Em suas palavras:

[...] a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mas existem muitas outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que vivam nos quilombos e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades (THOMPSON, 2002, p.16-17).

As ideias do autor expostas acima reforçam a importância das iniciativas analisadas, que, a partir da história oral, ajudam a sociedade a compreender os modos de vida, as experiências e as dificuldades enfrentadas por parcelas marginalizadas da população, principalmente a feminina, que, como ele próprio coloca, sofreu ainda mais com processos de invisibilização ao longo da história. Entre as tentativas de romper com esse ciclo de silenciamento, destaca-se a matéria intitulada “A gente não tinha documento de adoção nem registro de trabalho”⁴, publicada no “Nós, mulheres da periferia”, que recupera brevemente o histórico do trabalho doméstico no Brasil a partir dos relatos de Maria Lúcia Lima, de 65 anos, mãe da jornalista Lívia Lima, que assina o texto. A partir das memórias da mãe e em um formato de texto que mistura crônica e perfil, a repórter ilustra as relações problemáticas envolvendo o trabalho doméstico que há muito tempo se estabelecem em nosso país. É o que aparece no trecho abaixo (as aspas representam declarações da entrevistada):

Na Casa Grande de dona Julieta, em troca de casa e comida, Lúcia ajudava nos serviços domésticos. Apesar de haver empregados assalariados, ela e os irmãos retribuía a caridade da família branca que acolhia os meninos negros em sua casa. [...]. “Eles nos apresentavam como filhos de criação, mas na verdade a gente não tinha nem documento de adoção, nem registro de trabalho” (LIMA, 2015, *online*).

Ainda segundo Thompson (2002, p.9), história oral é “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas experiências e lembranças”. Para ele, a história oral é um método interdisciplinar e que mantém laços muito estreitos com a antropologia, o que nos permite pensar no trabalho desenvolvido pela SP Invisível, cujas equipes vão às ruas em busca de histórias, aproximam-se dos moradores de rua, interagem com eles e ouvem seus relatos. Recentemente, o projeto passou a alimentar também um blog (medium.com/@spinvisivel/), no

⁴ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/cronicas/a-gente-nao-tinha-documento-de-adoacao-nem-registro-de-trabalho/>. Acesso em 25/06/2017.



qual os repórteres (aqui entendidos como os voluntários que entrevistam, transcrevem e editam os depoimentos) têm espaço para relatar as suas experiências nesse processo. É comum os textos comecem contando como estava o clima naquele dia ou a dificuldade para se aproximar dos possíveis entrevistados, como se observa na seguinte passagem do texto abaixo⁵, assinado por Vinicius Lima, um dos fundadores do projeto:

Era um sábado cinza no Vale do Anhangabaú. Tudo estava meio deserto, uma cena não muito comum pensando que, de segunda a sexta, aquela região é tomada por uma correria maluca. [...]. Todas as vezes que saímos para ouvir as histórias do SP Invisível, temos que apresentar nosso projeto para abrir um diálogo e, às vezes, as pessoas não estão afins de conversar, mas com a Doidinha foi diferente. Assim que a gente chega perto, ela mesma chama a gente, puxa assunto conosco [...] (LIMA, 2017, *online*).

As ideias de Thompson encontram sintonia no pensamento de Pollak (1989), que trata de memória e silenciamento. Segundo o autor, “ao privilegiar a memória dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘memória oficial’ [...]” (POLLAK, 1989, p.4, grifos do autor).

Para ele, a memória subterrânea entra em disputa com o que chama de “memória coletiva nacional”, sendo a primeira uma espécie de memória clandestina, ou proibida, e a outra seria a memória oficial e, portanto, dominante. Apesar de Pollak se concentrar em contextos de guerra e ditatoriais para discutir memória, esquecimento e silêncio, é possível estabelecer um paralelo entre seus pensamentos e os casos por nós estudados. Assim como em determinados períodos históricos houve memórias proibidas, vergonhosas e que não se desejava inscrever na memória coletiva nacional, a memória dos invisíveis também se encontra subterrânea; também se tentou sufocá-la ao longo da história. A memória oficial tentou – e tenta ainda – invisibilizar suas histórias, como Pollak (1989, p.8) explica:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

As iniciativas alternativas de comunicação aqui estudadas permitem que as “memórias clandestinas e inaudíveis” passem do “‘não-dito’ à contestação e à reivindicação” (POLLAK, 1989, p.9, grifos do autor), forçando, ainda que em menor escala e envolvendo públicos e esferas específicas, uma reorganização da gestão da memória, provando que, como afirma Pollak (1989, p.13), “um

⁵ Disponível em: <https://medium.com/sp-invis%C3%ADvel/doidinha-a-mais-1%C3%BAcida-da-rua-355c5e77ada2>. Acesso em 15/04/2018.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. Acreditamos que as duas iniciativas analisadas têm potencial para romper com a estrutura de gestão de memória conduzida pela grande mídia; ambas, cada uma à sua maneira, propõem uma espécie de cobertura do cotidiano dos invisíveis sociais, que se traduz em uma tentativa de registrar os espaços que frequentam e habitam, suas histórias, para de alguma forma os fazerem passar de uma memória subterrânea, inaudível, para a memória coletiva ou pública.

É importante salientar que esses registros estão longe da linguagem que se pretende imparcial e neutra dos veículos tradicionais de comunicação. Eles são carregados de afetividade, sensibilidade, humanização e subjetividade. É o que acontece, por exemplo, nos textos publicados no site do “Nós, mulheres da periferia”: muitos deles em primeira pessoa, em que o foco são as vivências cotidianas e a história de vida da própria repórter. Fica claro que há uma tentativa de ressignificar a periferia, o que aparece de forma marcante nos textos das fundadoras do coletivo. Nenhuma delas, em seus textos de cunho pessoal no site, apresenta qualquer desejo de sair do lugar onde nasceram e foram criadas, ainda que tivessem condições financeiras para isso. Pelo contrário, para elas, é importante despertar um sentimento de orgulho por suas origens e lutar por melhorias nas regiões não centrais. É o que mostra, por exemplo, Regiany Silva, uma das fundadoras do coletivo e moradora da Cidade Tiradentes, em São Paulo, em um texto publicado em abril de 2017⁶: “É uma luta diária ressignificar para nós mesmos, esse viver à margem, mas tamo aí. E eu não me envergonho, não, truta, eu tenho é muito orgulho!” (SILVA, 2017, *online*).

Priscila Gomes, jornalista e também fundadora do coletivo, expressa opinião semelhante. Em um texto escrito em primeira pessoa e publicado na seção de crônicas do site⁷, ela reconhece os diversos problemas da Vila Zilda, bairro na zona norte da capital paulista, local onde mora, como falta de asfalto, água, luz, mais linhas de ônibus etc. Mas, apesar das dificuldades, em seu relato carregado de subjetividade e humanização, a jornalista afirma:

Tenho orgulho sim daqui, da vida que levei e que vivo. Sempre trabalhei em mais de um emprego pra pagar as contas, estudar e o tal “melhorar de vida”, mas nunca pensei em sair de

⁶ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/aprendi-que-o-meu-cep-determinava-como-as-pessoas-me-tratariam-na-vida/>. Acesso em 14/04/2018.

⁷ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/cronicas/nunca-pensei-em-sair-mas-melhorar-o-lugar-onde-moro/>. Acesso em 11/01/2018.



onde moro. Sempre pensei em melhorar o lugar onde moro. E até hoje não sei o motivo de pensar diferente (GOMES, 2017, online).

Esses elementos também podem ser identificados nos depoimentos publicados na página do Facebook SP Invisível. Entre as várias histórias de pessoas em situação de rua, escolhemos destacar as de Édson Julio⁸, Geraldinho⁹ e Ney¹⁰. De forma sensível, embora breve, nos três depoimentos há uma temática comum: o rompimento dos vínculos sociais, o que, inclusive, é considerado critério de caracterização desse segmento pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinada pelo ex-presidente Lula em 2009. O documento afirma: “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular [...]”¹¹.

O rompimento dos vínculos sociais pode ser vivenciado de várias formas por aqueles que comumente chamamos de “mendigos”; e a página do Facebook SP Invisível ajuda-nos a observar isso. É o caso de Geraldinho, um dos moradores de rua cuja história é contada na página, que afirma precisar de uma cirurgia, mas não ter como fazê-la pela falta de documentação exigida. Situações como essa seguem acontecendo mesmo depois da publicação, em 2011, da Portaria nº 940, que dispensa a obrigatoriedade de apresentação de endereço de domicílio para aquisição do cartão SUS por pessoas vivendo nas ruas.

O rompimento dos vínculos sociais pode ser observado, ainda, em muitos outros depoimentos publicados na SP Invisível – e comumente aparece como uma das maiores fontes de sofrimento dos moradores de rua. É o que afirma Édson Julio, um dos depoentes da página: “eu to aqui pra não dar trabalho pra minha mãe, a gente brigava muito, ela sofria muito comigo em casa e aí eu não aguentava ver ela assim. Hoje sou eu que sofro. [...] Cara, aqui não tenho amigos. Não dá pra confiar em ninguém” (SP INVISÍVEL, 2017, *online*). Já Ney, outro depoente, conta: “Meus dois filhos, não sei por qual motivo, também não me visitam e não ligam para mim. Vivo sozinho” (SP INVISÍVEL, 2017, *online*).

⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/1313230668761598/?type=3&theater>. Acesso em 13/04/2018.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel/posts/1314368498647815>. Acesso em 15/04/2018.

¹⁰ Disponível em:

<https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/1273030272781638/?type=3&theater>. Acesso em 11/01/2018.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 10/04/2018.



O aspecto de humanização das narrativas de que se valem as iniciativas estudadas está em sintonia com necessidades de emoção que pelo menos parte da sociedade passa a apresentar no contexto vivido. Como coloca Nunes (2015, p.41), “as massas querem ser tocadas emocionalmente”, e os projetos analisados se valem da memória de sujeitos em alguma medida excluídos para construir conteúdos sensíveis e capazes de tocar emocionalmente as pessoas. A memória, assim, se apresenta como um processo comunicativo, no qual conflui a memória individual com a coletiva (NUNES, 2015), tanto para quem lê as narrativas quanto para quem as conta e, ainda, para quem as constrói como texto para ser consumido na internet – consumo este que aparece como “simbólico-afetivo, isto é, revestido de significados imateriais e emocionais” (NUNES, 2015, p.29).

Esse tipo de consumo é viabilizado, entre outros elementos, pela força mítica/mágica das palavras, conforme aponta Nunes (2013), que remonta à tradição oral nas sociedades antigas e, como explica a autora, conserva-se nos sistemas midiáticos de hoje, onde se enquadram os projetos aqui analisados, pautados em histórias de vida, publicadas seja em formato de perfil, seja no modelo de depoimentos/relatos em primeira pessoa.

Esses últimos, em especial quando estão em formato audiovisual (embora mais raro nas iniciativas em questão), redobram a potência da palavra, adensando sua qualidade simbólica, mágica, mítica (NUNES, 2013). Isso porque é como se esses conteúdos viabilizassem uma espécie de *performance* (ZUMTHOR apud NUNES, 2013); ainda que os corpos não estejam presentes em um mesmo espaço, é possível acionar, dessa forma, os sentidos do texto, que envolve materialidade da voz, seu timbre, frequência, melodia, bem como as gestualidades e ritmicidades corporais representadas nos conteúdos audiovisuais.

Observamos, ainda, que o costume de confessar pecados e expulsar demônios como atos purificadores (NUNES, 2013) se mantém hoje em diversas plataformas midiáticas, como a SP Invisível, na qual é comum que os moradores de rua, em atitudes similares às do homem arcaico, busquem “eliminar a lembrança de faltas cometidas no passado, narrando-as” (NUNES, 2013, p.50). Mas mais do que isso: em muitos sentidos, o excluído parece buscar uma espécie de perdão social pelos seus erros que, não raro, ele próprio acredita que o levaram à situação de rua. É o que observamos no



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

relato abaixo, publicado na página do Facebook da SP Invisível, de um rapaz de 36 anos que se identifica como Arnaldo Antunes¹²:

Eu não precisava estar nessa vida, mas infelizmente sou um viciado [...]. Eu tenho vergonha de mim e dessa situação que estou [...]. Eu não faço nada, não lembro de nada do que faço. Eu era escultor, registrado, tudo bonitinho. Mas hoje eu tenho vergonha de quem me conhece (SP INVISÍVEL, 2018, *online*).

Considerações e Apontamentos

Falando sobre ou para os diferentes segmentos da população invisibilizados pela sociedade, as duas iniciativas aqui estudadas se valem do ambiente digital para ajudar a dar ainda mais força à luta de diversos movimentos sociais que existem há algum tempo no Brasil e passaram a atuar de forma mais enfática a partir das últimas décadas do século XX.

Para buscar sensibilizar ao menos parte da sociedade para suas temáticas, ambas as iniciativas exploram como recursos para produção de seus conteúdos a humanização, a subjetividade e a afetividade – aspectos que também as diferenciam do que comumente é produzido pela grande mídia, permitindo um consumo de informação igualmente diferente, que parte do entrelaçamento entre memória e história oral.

Nos dois projetos, abre-se espaço para que o excluído fale por si mesmo – como no “Nós, mulheres da periferia”, em que são as próprias mulheres periféricas que produzem conteúdos sobre a realidade que vivem cotidianamente, buscando como público-alvo especialmente outras mulheres igualmente periféricas.

Já na “SP Invisível”, há um intermediário, o voluntário, que assume como que o papel de um repórter, entrevistando, escrevendo e editando os relatos dos moradores de rua de forma cuidadosa e sensível, para conseguir publicar o texto em primeira pessoa sem descaracterizar o depoimento.

A “SP Invisível” e o “Nós, mulheres da periferia” abrem margem, ainda, para muitos outros estudos, como os do campo do jornalismo, objetivo a que se pretende a pesquisa de doutorado da qual este artigo é uma parte. É possível pensar em que medida essas iniciativas se aproximam e, ao mesmo tempo, afastam-se dos procedimentos clássicos, métodos e premissas metodológicas do jornalismo,

¹² Disponível em:

<https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/1619293061488689/?type=3&theater>. Acesso em 15/04/2018.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

pois, se em termos de abordagem do assunto em questão (populações marginalizadas) o distanciamento fica claro, ao se pensar em formatos jornalísticos, como o perfil e a grande reportagem, e de gêneros ou subgêneros, como o literário e o *new journalism*, pesquisas mais profundas se fazem necessárias.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. In: Obras escolhidas. Trad. R. Rodrigues Torres Filho e J. C. Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2010. v. 2.

HASHIGUTI, Simone. Corpo e Espaço Urbano: a beirada da visibilidade. In: CORACINI, Maria José. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

NUNES, Monica. Cena cosplay: breves narrativas de consumo e memória pelas capitais do Sudeste brasileiro. In: _____ (Org.). **Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2015

_____. Mito, memória e comunicação: da tradição oral à oralidade mediatizada. In: SANTIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria (orgs). **Depois da utopia: a história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, prisioneiros, mulheres**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POE, Edgar Allan. **O homem na multidão**. Disponível em: <<https://www.livros-digitais.com/edgar-allan-poe/o-homem-da-multidao/1>>. Acesso em 15/04/2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2, nº.3, 1989.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

THOMPSON, Paul. **História Oral e Contemporaneidade**. História Oral, n. 5, Jun de 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.